

# Governo Amin — um voto de desconfiança

(“A Opção pelos pequenos” como meio de realizar a  
política dos grandes)

*Remy Fontana \**

(Um estudo sobre a Nova Direita em S.C.)

Sirvo-me da expressão “Voto de Desconfiança” de Bolivar Lamounier, empregando-a, porém, em sentido diverso. Pretendo formular um voto de desconfiança ao governo do PDS, do Sr. Esperidião Amin Helou Filho, que se instala em Santa Catarina, em março de 83. Tal desconfiança se nutre em pressupostos políticos e sociais que procurarei explicitar analiticamente. Obviamente, pretende-se menos lamentar a sorte dos catarinenses sob seu governo, mas antes indicar porque este, dada a articulação social de seus compromissos e a conformação excludente de seu domínio, está impossibilitado de realizar uma gestão verdadeiramente democrática e de promover o bem público.

Considerações sobre o poder político em Santa Catarina reatualizam uma permanente e aguda questão: como num contexto de uma dominação ancestral oligárquica (modernizada), com enorme poder de cooptação e intimidação; de controle e/ou convivência monopólicos dos meios de comunicação; de aderências prebentárias de intelectuais-burocratas gestores do aparelhamento escolar-cultural <sup>(1)</sup>, produzir uma crítica que não seja apenas competente e destemida, mas que seja eficaz socialmente, municionando as

---

\* Sociólogo, Professor na área de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

(1) Veja-se “O Estado” de 6-10-82, “O Conselho Estadual de Cultura analisou detalhadamente, em sua última reunião, a proposta de governo para o setor anunciado pelo Sr. AMIN. O Colegiado decidiu conceder um voto de louvor ao candidato, ...”. Como diz Décio Pignatari, há enorme facilidade de fazer-se o dis-

forças de transformação histórica? Esta questão está reposta na conjuntura que se abre pós-eleição de 82 e, desde já, registre-se que seu equacionamento transcende o âmbito da produção intelectual *strictu sensu*, remetendo-se ao conjunto da sociedade.

Como o senso comum nem sempre coincide, em termos de compreensão dos processos sociais, com o bom-senso, e muito menos com o senso crítico, permito-me apontar a inconsistência e ou falsidade de algumas afirmações correntes relativas ao futuro governo do Sr. Amin.

### A IMPRENSA E A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA EM SANTA CATARINA

Antes, porém, para que o enunciado anteriormente se materialize, é exemplar a análise do comportamento da imprensa no transcurso da campanha eleitoral 82.

Tomemos o jornal "O Estado" de Florianópolis, o mais antigo e influente de Santa Catarina, e vejamos o tratamento que dispensou ao candidato da situação Esperidião Amin (PDS) e ao candidato do maior partido da oposição, Jaison Barreto (PMDB). É útil para tanto compulsá-lo nos meses que antecedem as eleições de novembro, particularmente a seção "Informe Geral" e o editorial da pág. 4. Tomemos ao acaso alguns exemplares; lê-se em 7-10-82, no editorial "Propósitos definidos":

*"De todos os candidatos ao governo do Estado, o Sr. Esperidião Amin tem sido o único a prestar contas periodicamente de seus atos e de seus propósitos" . . .*

Afirmção incorreta como podem atestar os que acompanharam o processo eleitoral. Segue:

*"A pregação política do Sr. Esperidião Amin tem sido de uma absoluta coerência" . . .*

curso político na área cultural. O difícil é o contrário, fazer um discurso cultural na área político-ideológica. Não menos intrigante é, em plena campanha eleitoral, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo promover o "Torneio dos Barnabés — Esperidião Amin" — cf. reiterados anúncios publicados nos jornais do mês de outubro.

Julgamento de valor. Segue:

*"Assim o Sr. Esperidião Amin vai demonstrando na prática aquilo que os candidatos oposicionistas — a começar pelo PMDB — só demonstraram na retórica dos palanques. Nota-se que o candidato pedessista vai definindo os traços de seu programa governamental a partir de ampla participação da comunidade estadual (...) Essa participação tem sido considerada fundamental pelo Sr. Esperidião Amin no equacionamento dos problemas estaduais, dando peso à determinação de manter o mesmo princípio quando chegar a hora de dar solução a essas questões, após assumir (sic) o governo".*

Aqui parece que "O Estado" traiu-se, em sua pretensa objetividade ao eleger Amin já em 7-10-82, um mês antes das eleições de 15/novembro. Adiante, ao referir-se à oposição, lemos:

*"Da oposição — e, particularmente, do PMDB — vê-se apenas um alinhavo tosco de frases mal construídas que sequer chegam a beirar o status de intenções (sic) de governo . . ."*

Nota-se aqui a preocupação obsessiva do editorialista em desqualificar apenas o PMDB, entre os partidos oposicionistas, o que não deixa dúvidas que estava em campanha; por outro lado, a avaliação que faz das propostas de governo do PMDB não se sustentam nem mesmo frente a notícias e informações que o próprio jornal publicou em outras edições, como adiante se verá. E conclui:

*"A postura assumida pelo Sr. Esperidião Amin, como candidato do governo coincide com sua conduta desde que se iniciou na vida pública — com apenas 24 anos Secretário interino da Educação, Técnico da Telesc, diretor do Badesc, Prefeito da Capital, Deputado Federal mais votado em SC. e, finalmente, Secretário dos Transportes antes de ser candidato a governador — dentro de uma linha que o fez merecedor da confiança dos catarinenses, confiança essa que se vai expressando de maneira admirável (sic) nos resultados das pesquisas de opinião que se realizam nesta fase que antecede o pleito . . ."*

Deixando de lado o panegírico, nem a confiança dos catarienses se manifestou assim tão admiravelmente, nem as pesquisas o confirmaram com os, hoje sabidamente manipulados, altos índices de preferência eleitoral. Vejamos:

A VIII Pesquisa Veja-Gallup de 12-10-82 conferia a  
Amin 48% e a  
Jaison 30% das intenções de voto.  
Diferença pró-Amin: 18%

A IX e última pesquisa divulgada em 26-10-82, mantinha a diferença de 18%, com os seguintes índices:

Amin 50%  
Jaison 32%

Como se sabe o resultado eleitoral, com todos os casuísmos e manobras da situação foi o seguinte em números absolutos:

Amin 838.150  
Jaison 825.500

que dá os índices

Amin 45,75%

Jaison 45,06% diferença, então, de apenas  $\pm$  0,5%, muito longe, pois, dos tão alardeados 18% de Veja-Gallup, o que evidencia a intenção de forjar, artificialmente, uma tendência favorável ao candidato do PDS, para induzir o eleitor a sufragá-lo em 15/novembro.

Em 6-10-82 "O Estado" PUBLICA O EDITORIAL "Ranço Autoritário". Reclamando da tônica dos discursos proferidos dias antes numa grande concentração do PMDB em Florianópolis, onde críticas foram formuladas ao comportamento da Imprensa de Santa Catarina, o jornal registrava:

*"A agressão generalizada atinge a todos, sem exceção, mesmo aqueles que, com o Estado, possui uma linha de conduta que o coloca acima das questiúnculas provincianas que constituem o desespero e as aflições desses políticos peemedebistas . . ."*

"Vazio de Propostas" é o editorial de 8/10/82:

"... percebe-se claramente que o PDS é o partido melhor preparado para enfrentar a atual campanha política, com

indiscutível (sic) vantagem na preferência popular em S.C. (...) aqui, o PMDB, dirigindo sua campanha para a agressão pessoal e para a vagueza das críticas generalizadas, esqueceu-se de esboçar uma plataforma ou, pelo menos, de alinhar com o mínimo (sic ) de coerência uma meia dúzia (sic) de idéias que pudesse orientar o eleitor (...) O certo é que o PMDB nunca estudou os problemas, nunca se arriscou a definir soluções e menos ainda a se comprometer com soluções (...) É chocante (sic) depois de tudo o que foi dito por anos a fio pela reboante retórica oposicionista, ver-se a oposição encolhida no galho quando se trata de definir programas e assumir responsabilidades..."

Novamente, deixando de lado os julgamentos de valor, que clarificam sua postura política, parece que "O Estado" tem opinião muito divergente, relativamente ao programa do PMDB, das associações de classe, e das mais diversas entidades da sociedade civil que tiveram oportunidade de discuti-lo como a Associação Catarinense de Engenheiros (19/04/82), Diretório Central dos Estudantes (14/05/82), ADESG-SC (06/08/82), DAC e Depto. C.S./UFSC (04/06/82), OAB-SC (VI Conferência Estadual 09/10/82), Associação Catarinense de Medicina (18/08/82), Campanha Nacional de Escolas de Comunidade-SC (18/11/82), FEPESE/UFSC (18/10/82), Associação Catarinense de Engenheiros Agrônomos (em seu Encontro Estadual).

Por outro lado, o editorialista talvez não estivesse muito atento ao que o seu próprio jornal publicava, como notícia ou reportagem. A propósito, em 08/08/82, numa destacada manchete de 1º página, edição dominical, lia-se:

"PMDB mostra o seu plano de governo e propõe um novo pacto social no Estado".

E, na página 3, lemos:

"O candidato do PMDB ao governo do Estado, Sr. Jaison Barreto na 1ª exposição de seu Plano de Governo, propôs um novo pacto social em S.C. (...) A sua proposta de governo foi apresentada 6ª feira à noite em Blumenau, no Ciclo de Palestras que a ADESG promove. Neste ciclo todos os partidos irão apresentar suas propostas administrativas (...). A exposição do candidato foi sempre serena e o nível dos debates

elevados. Mesmo atacando peremptoriamente o governo, Barreto em nenhum momento se exaltou ou fez acusações pessoais. Um tom moderado norteou o seu discurso e por isso foi elogiado por todos”.

Seguia-se, na matéria:

*"Alguns destaques do programa oposicionista".*

Alerto, e basta conferir, que esta prodigalidade dispensada pelo “O Estado” a Jaison Barreto é uma notável exceção, necessária aliás para manter alguma credibilidade. Deixamos, pois, à inteligência dos leitores a tarefa de refletir sobre o grau de isenção da imprensa catarinense, — tomado como paradigma “O Estado” —, e a direção que imprime em seus veículos, relativamente à formação da opinião pública, ou mais especificamente, o papel que exerce no processo de inculcação da ideologia dominante <sup>(2)</sup>.

É sintomático, permitimo-nos lembrar, que o PDS não viu necessidade de editar um jornal de campanha, a exemplo do que fez o PMDB.

E, que o Sr. Luiz Henrique Tancredo, editor-chefe do Jornal “O Estado”, tenha desempenhado na campanha de Amin as funções de assessor de imprensa.

## ESBOÇO DO PERFIL E DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE AMIN

Estabelecer as razões e etapas que conduziram o personagem em análise ao governo do Estado de Santa Catarina implica em considerar, preliminarmente uma questão de grande atualidade

---

(2) Para que não se pense que este é um caso isolado na imprensa do Estado, cito o noticiário das 8 h (o mais importante) da Rádio Guarujá de Florianópolis, dos dias 4 e 5-10-82. Nem uma palavra sobre a concentração em Florianópolis do PMDB (considerada como o maior comício político realizado na história de S.C., com mais de 30 mil pessoas) que ocorrera na véspera. Em contraposição, um informe de que o velho líder do clã dos Ramos, ex-governador Aderbal Ramos da Silva, atual Presidente do Diretório Municipal do PDS, expressava confiança na vitória de Amin.

Com respeito à TV, notório “caso nacional”, dispensam-se comentários.

nas Ciências Sociais, que se traduz pela indagação: como e por que os organizadores “podem tornar-se homens de Estado subir ao poder e dominar as sociedades”<sup>(3)</sup>. Com efeito, o Sr. Amin tem sido basicamente um funcionário bem situado no aparelho do Estado ao longo dos últimos 10 anos, de onde foi catapultado à posição de mando político. Foi, neste período, sempre um homem do aparelho administrativo de Estado, onde ocupou posições relevantes em cargos, via-de-regra, de confiança. Sua carreira, que o monopólio dos meios de difusão rotula de brilhante, transcorreu, ou melhor, coincidiu com o auge do regime burocrático-autoritário, no qual o prestígio dos tecnocratas era assegurado na medida da impotência do parlamento exercer qualquer controle sobre a administração; a prepotência dos gestores públicos e a impunidade de seus atos são marcas registradas do período.

Um ponto que intriga o observador é a extrema diversidade de cargos desempenhados por Amin, num tão breve período, cargos para os quais dispensava-lhe concurso público e habilidades específicas. Poderíamos imaginar os funcionários de carreira, do quadro permanente do serviço público, indagarem-se por que este frenético saltitar de um ponto a outro operado por tal administrador. Seria o mesmo dotado de habilidades tão diversificadas quanto especializadas como educação (Sec. interino de Educação), telefonia (Diretor da Telesc), finanças e investimentos (Diretor do Badesc), administração municipal (Prefeito indicado da Capital), para finalmente desembocar na atividade política legislativa (dep. federal), e dessa condição retornar à administração como Secretário de Obras, como plataforma antecipada de sua candidatura ao governo.

Relativamente a cada um dos setores da administração pública onde Amin exerceu atividades, caberia indagar se não se encontraria em cada um deles nem um competente gestor que pudesse encaminhar os serviços que lhes eram próprios, sem poder prescindir da presença “deus ex-machina” do Sr. Amin.

---

(3) Cf. G. Lapassade. *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio, Francisco Alves Ed., 1977, cap. 3 “As organizações e o problema da burocracia”.

Na verdade, mais plausível é supor que estivéssemos diante de uma versão republicana-oligárquica da tradicional preparação de sucessores, própria das casas reais, onde o escolhido, antes de ungido monarca, serve na administração imperial em cargos relevantes e nas armas, para adestrar-se e familiarizar-se com as altas funções que o aguardam.

O entendimento de tão diversificadas ocupações oficiais exige um esclarecimento adicional relativo a mudanças cruciais ocorridas no país no período pós-64; trata-se da passagem do centro de gravidade, em termos do Poder de Estado, do Parlamento à Administração. E com um agravante, a Administração torna-se guardiã e executora de uma ordem autoritária, despida de legitimidade. Em detrimento dos partidos políticos, do parlamento e de outras instâncias de mediação, será a administração o órgão de transmissão entre o Estado e a Sociedade, autonomizando-se frente ao povo e ao parlamento.

Nestas condições, a postura política do cidadão médio estará grandemente determinada pelo contato permanente com uma administração capilar, intersticial, que intervém com continuidade e tenacidade em praticamente todas as esferas da vida privada; o cidadão está, em certo sentido, à sua mercê, como assinala Habermas: "O contato com o Estado tem lugar no terreno e na antecâmara da administração e faz parte dos serviços da administração (. . .)".

"(. . .) A atitude ante o Estado, de quem recebe um benefício, não é precisamente participação política (sic) senão atitude reivindicatória genérica, que espera assistência sem querer impor decisões" (4).

A condição de ter sido um membro proeminente da administração estadual, pois, conferiu, pelas razões apontadas, uma certa vantagem a Amim na sua disputa com o Sr. Jaison Barreto, do PMDB, pela governança do Estado de Santa Catarina.

O fato de as funções da administração o colocarem mais próximo do povo e de suas reivindicações, permitiu a difusão de uma

---

(4) J. Habermas, "Participação Política", in: F. H. Cardoso e C.E. Martins (orgs.) *Política e Sociedade*, vol. 1. S.P., Ed. Nacional, 1979.

imagem de realizador. Tratava-se, então, naquela disputa de condições desiguais, menos das qualidades pessoais, mas da alteração do peso institucional relativo da Administração e do Parlamento, com evidentes benefícios ao Sr. Amin.

A propósito, vale lembrar que uma linha de força na argumentação do PDS em favor de seu candidato e em detrimento de seu mais forte concorrente, era ser o Sr. Amin portador de experiência administrativa (como se só o executivo a conferisse). Este argumento, é preciso que se diga, terrivelmente cínico, lançado contra a oposição procura escamotear o fato de que o regime autoritário, ao longo de quase duas décadas, eliminou, pela violência institucional, qualquer possibilidade da oposição ocupar cargos executivos, para depois, arvorar-se em detentor único da capacidade de gestão. Levado às suas conseqüências lógicas, este argumento, subverteria completamente o princípio democrático de alternância no poder e consagraria a ditadura permanente: a oposição não poderia aspirar ser governo porque não tem familiaridade de gestão com a *res publica*, cabendo pois, aos atuais detentores do poder continuar governando, já que a prática reiterada do mando os qualificam como “os que sabem administrar”. Tautologia lógica a serviço da perpetuação da usurpação.

A evidência conservadora deste argumento, por outro lado, não afasta, neste caso, sua base falsa. Com efeito, tem-se sobrevalorizado na Administração Pública as funções executivas (todas, até as eleições de 82, sob estrito controle do sistema autoritário) em detrimento das legislativas e judiciárias. O parlamento foi esvaziado de suas prerrogativas constitucionais clássicas, enquanto ao Judiciário se lhe retirou a imprescindível autonomia e independência. Por estes expedientes se acresceram a desqualificação e descrédito dos políticos da oposição, na medida mesma que a única instância de poder que tiveram acesso era o parlamento.

Fica claro também que para o sistema burocrático-autoritário e seus aliados (fisiológicos, oportunistas, oligarquias regionais, etc) a prática política no seio da sociedade civil, junto aos movimentos sociais, entidades representativas de categorias ocupacionais, associações de defesa de direitos, etc., não habilita nem qualifica os atores políticos, seja para o exercício dos elevados cargos da

administração pública, seja para a gestão dos interesses coletivos em outras esferas relevantes da vida social.

Uma outra mistificação é a apologia da administração e do trabalho como entidades abstratas, como puros meios de adequação instrumental entre meios, fins e empenhos, que por si próprios realizariam o bem coletivo. As Ciências Sociais já demonstraram *ad nauseam* que a ciência a tecnologia e a organização não são neutras, mais inseridas num contexto de poder, e que a produção social padece de uma clivagem estrutural entre produtores e expropriadores. Tem-se dito muitas vezes, que é incrível a capacidade de trabalho do Sr. Amin (aliás, diz-se o mesmo do ex-governador de S. Paulo, Sr. Paulo Maluf), como a querer legitimar sua conduta pública por caracteres pessoais (verdadeiros, auto-atribuídos ou produzidos por marketing político). Convém lembrar que os nazistas eram excelentes administradores de um regime visceralmente cruel e anti-povo, e que os oligopólios transnacionais que liquidam as economias periféricas, como a do Brasil, não podem ser questionadas quanto a sua capacidade de gestão.

A questão aqui, é ainda indagar, como se administra (burocraticamente, segundo pretensa competência técnica, ou de forma participativa, segundo competências sociais); para quem se dirige a ação do poder público (para a consolidação e defesa da ordem de privilégios minoritários, ou para a construção da cidadania ampliada e da justiça social).

Uma hábil campanha de construção de imagem, deste que veio a ser o candidato da situação ao governo estadual, veio sendo urdida ao longo dos últimos anos. Esta fantasia ideológica<sup>(5)</sup> (que não tem deixado de onerar o erário, logo valer-se de dinheiro público) lhe atribui competência técnica (provável) apetência ao trabalho (reconhecida) e vocação democrática (discutível).

---

(5) É óbvio que na afirmação antecipada de sua candidatura, contou com apoios muito mais concretos. Assim, o governo de que fez parte como Secretário de Obras, do Sr. Jorge Konder Bornhausen, alardeava como prioridade a área educacional, enquanto contemplava com maiores dotações orçamentárias a Secretaria do Sr. Amin. (Cont.)

A questão aqui não é, em absoluto, lhe negar alguns atributos pessoais, nem deixar de reconhecer que estes têm uma relativa importância no jogo político. Mas, decididamente, o que conta neste campo, são as bases sociais em que se sustentam suas propostas políticas (serão conservadoras ou progressistas?); os interesses que promove (das elites tradicionais ou das camadas populares?); os compromissos que se firmam (com a manutenção da ordem autoritária ou com a luta pela democracia?); que alianças se estabelecem (com os grupos e facções dominantes ou com as classes subalternas?).

Se o posicionamento do Sr. Amin fosse cotejado com as opções indicadas, seu alinhamento político não deixaria margem a dúvidas: estaria sempre ao lado da primeira possibilidade. Ou será que optou pelo PDS por acaso? Ou obteve sua indicação para candidato a governador sem o aval das forças políticas tradicionais e oligárquicas de nosso Estado? Ou será seu apoio ao regime autoritário e anti-popular uma ilusão dos opositores de má-fé? Não subestimemos seu discernimento; suas opções são claras e seus compromissos explícitos.

Quem acompanhou pela imprensa a campanha eleitoral de 82, não deixou de notar o registro de apoios estratégicos (e por que não orquestrados) à sua candidatura, por parte de notáveis figurantes, antigos e recentes, da cena política catarinense. Assim, nas páginas de "O Estado" desfilaram declarações enaltecendo as qualidades de Amin, e expressando certeza em sua vitória, políticos como os ex-governadores, Aberbal Ramos da Silva, 71 anos, governador em 1947; Celso Ramos, 84 anos, irmão de Nereu, governador em 1961; Ivo Silveira, 64 anos, governador em 1965 (O Estado — 12/10/82).

O que mais intriga nestas declarações é que a eleição de Amin, significaria renovação: "Eu sou partidário intransigente da renovação. Acho que daí o meu entusiasmo pela candidatura de Esperidião Amin" (Aderbal, O Estado 5/10/82); "Acho que as eleições de novembro promoverão uma renovação na área política do Estado, devido não apenas à juventude do Sr. Esperidião Amin..." (Celso, O Estado 27/10/82). Partindo de quem partem estas falas, a insistência na renovação que o Sr. Amin representaria não deixa de

ser estranha. Sem querer trocar a biologia pela política, parece que se pretende sugerir a desvinculação do novo personagem (Amin) com os tradicionais e oligarquizados sistemas de mando (Ramos e Bornhausen), o que, no entanto, as evidências disponíveis indicam exatamente o contrário.

## A PROPOSTA AMIM

A candidatura de Amin, segundo seus próprios termos, expressava-se ideologicamente no tripé: "Inovar e Renovar" e na "Opção pelos pequenos", além de apontar para formas generalizadas de participação.

Procuraremos demonstrar a inconsistência destas proposições e sua fraca explicitação em termos de conteúdos histórico-sociais.

### — *Inovar*

É fato que o Sr. Amin já no correr da campanha, inovou algumas práticas, tendo no entanto reiterado outras, bem conhecidas e tradicionais. Inovou, por exemplo, quando adotou uma sofisticada programação de Marketing político, que unificou slogans e mensagens, criando, com êxito, uma marca identificadora da campanha. Nada inovou, porém, quando utilizou-se de velhos expedientes políticos de negociação, barganha e conchavo que atropelaram o Sr. Konder Reis e asseguraram sua candidatura ao governo. Inovou.

Evolução Orçamentária (%). Comparação

	1976	77	78	79	80	81
Sec. de Educação	20,17	18,56	12,16	12,50	15,03	12,08
Sec. dos Transportes	17,26	24,98	19,24	6,93	16,25	19,98

FONTES: S.C. Sec. de Educação. Plano Estadual de Educação 80/83  
S.C. Governo do Estado. Orçamento Estadual 79, 80, 81.

quando sistematizou suas propostas, tornando-as facilmente assimiláveis. Não inovou decididamente, quando lançou mão de toda a maquinaria do Estado e dos recursos públicos para sustentar institucional e financeiramente sua campanha, e menos ainda inovou com os toscos, quando não caricaturais, ensaios de um populismo fora de contexto histórico-social, ou quando intimidou ou humilhou funcionários públicos para que “vestissem a camisa” de sua candidatura.

— *Renovar*

Com respeito a proposta de “Renovar”, que se remete ao jovem, segundo lemos na “carta aos catarinenses”, padece de uma ambigüidade de origem. Com efeito, o que distingue fortemente as pessoas não é a cronologia biológica, mas as oportunidades, o contexto, as circunstâncias que abrem ou fecham a possibilidade de ter uma participação ampla, livre e criativa nos processos de trabalho, do poder, da cultura. Não nos parece, e nisto respaldamos ampla literatura sociológica<sup>(6)</sup> e política, que o regime que o Sr. Amin apóia, e o partido a que pertence tenham facilitado, não apenas aos jovens, mas a quem quer que seja, a participação ampla, livre e criativa, nos processos sociais e políticos decisivos.

A categoria de “jovem” remete a um outro conceito, o de geração, ambos de frágil sustentação sociológica. Ligam-se a estes conceitos usualmente processos como motivação, imaturidade/incompreensão, ideal, conflito de geração, todos de fundo biológico/cronológico ou moral, em detrimento, pois, de uma análise crítica que operaria, preferentemente, com o conceito de classes sociais, onde importam os processos de produção, interesses, engajamento, militância, projeto, politização e conscientização.

Como se depreende destas considerações, o que pretende Amin é integrar, “por no seu lugar”, sob a égide do Estado, agentes e segmentos sociais que podem incomodar a “ordem” tal como está organizada. O exemplo conspícuo que cabe aqui lembrar é da

---

(6) Lembro aqui especificamente de Luciano Martins, “A geração Al-5 — um ensaio sobre autoritarismo e alienação”, publicado nos “Ensaio de ‘Opinião’”. Vol. 11, Rio, Paz e Terra, 1979.

JDC, Juventude Democrática Catarinense, órgão do PDS/SC, cujos membros dirigentes e a maioria de seus militantes fazem parte dos quadros médios da burocracia estatal, e que dão bem a idéia do que se anuncia como prática do governo do Sr. Amin. Em contrapartida, vale lembrar uma resolução do Iº Congresso dos Estudantes da UFSC, realizado em meados de 1982, cujos termos não deixam dúvida quanto às orientações do movimento estudantil catarinense: "Nenhum voto ao PDS".

Estamos aqui frente às duas clássicas alternativas de equacionamento da inquietação social dos jovens: contestação x integração. Ou se encontram canais políticos de expressão para transitar da condição da tutela familiar à autonomia, da dependência do Estado à emancipação, da alienação social à desalienação e realização livre das potencialidades, ou caminha-se na direção inversa, da conformidade e do apascentamento dentro da ordem socialmente injusta e politicamente castradora.

Tudo leva a crer que o governo que se inaugura em 15 de março de 83, exercerá uma forte tentação conservadora, ainda que modernizada e reformista junto aos segmentos sociais mais jovens, em S.C., escamoteando os caminhos que os conduziriam ao exercício da liberdade.

### *A "Opção pelos Pequenos"*

A fórmula "opção pelos pequenos" tem inegavelmente um forte apelo e é de fácil assimilação. Seguramente o candidato do PDS, hoje governador, deverá ter-se inspirado, para cunhá-la, em duas fontes, combinando-as engenhosamente: do economista inglês E.F. Schumacher, que se tornou conhecido do leitor brasileiro pela tradução de seu livro *Small is Beautiful (O pequeno é bonito)*, editado originalmente em Londres, em 1973, e que teve muito sucesso aqui, e, do episcopado latino-americano que em Puebla no México, anos atrás, fez a famosa "*opção preferencial pelos pobres*". Schumacher, preocupava-se, no caso, com questões relativas a tecnologias apropriadas, tecnologias intermediárias, transferência de tecnologias, etc, nas condições do mundo contemporâneo com seu modelo predatório de desenvolvimento in-

dustrial. Quanto à “opção pelos pobres” da Igreja Católica, trata-se de uma radical tomada de consciência histórica da miséria econômica-social das massas populares do continente e da firme disposição de atuar concretamente para atenuá-la e/ou eliminá-la, o que tem causado não pequenas dificuldades ao clero, como incompreensão, perseguições, mortes e enquadramentos em Leis de Segurança Nacional.

A “opção pelos pequenos” do Sr. Amin pode ser, como efetivamente foi durante a campanha, uma boa peça de propaganda política, mas “pequenos” não formam uma categoria social, nem muito menos, um conceito sociológico. Alguém poderia objetar que também os “descamisados” de Perón, ou os “sans-culottes” parisienses da Revolução Francesa não o eram, igualmente. Mas, estes últimos, diferentemente dos “pequenos” do Sr. Amin, constituíram-se em personagens históricos dramáticos, em períodos de agudos conflitos sociais e de uma situação revolucionária, como expressão da entrada em cena das massas populares a partir de uma forte vontade coletiva, com capacidade de influir decisivamente nos notáveis acontecimentos que se processaram naqueles particulares eventos históricos.

Enquanto, insistimos, “os pequenos” do governante do PDS, revela apenas uma artificiosa construção de campanha eleitoral e o indício de uma proposta de integração e tutela, formulada pelo alto, por um representante de um partido que nunca teve respaldo nem prática popular.

Na verdade, o que estaria subjacente à fórmula “opção pelos pequenos” é a tentativa de homogeneização de segmentos distintos da população, que tem posições estrutural diversa na sociedade. É bem uma ficção sociológica-política, com o fim de escamotear a questão social, com seus atores sociais com características próprias, necessidades, demandas e expectativas específicas.

Resumidamente, “os pequenos” não formam uma categoria social, não são agentes do processo político. Tratar dessa forma segmentos sociais diferentes e alguns até antagônicos obstaculiza que as classes, frações de classe e outros agrupamentos sociais se assumam como tais, ascendam à consciência de suas determinações. A estratégia é clara: tratar forças sociais heterogêneas com a

mesma designação, uniformizando-as no discurso, tornando-as indiferenciadas, visa massificá-las, dissimular seus contornos para integrá-las, sob a égide de um centralismo pretensamente iluminado, paternalista e autoritário. Numa palavra visa-se integrar, via ação estatal, para consolidar o ancestral domínio, sob as novas roupagens da inovação e da renovação.

### — Participação

Uma outra diretriz das intenções de governo do Sr. Amin, que perpassa os textos programáticos tornados públicos, refere-se ao processo de participação.

Como, nas condições atuais, a participação popular é um pressuposto do governo democrático, é útil inquirir sobre os mecanismos que a tornam possível, já que genericamente ao nível de proposta —, qualquer político na busca de sufrágios, não poderá deixar de proclamá-la.

Na última campanha eleitoral todos os candidatos, dos diversos partidos, não deixaram de propor algum tipo de participação. O que faz, então, a diferença entre, o que a este respeito, propôs o PDS, o PDT, o PMDB, e PT e o PTB? Como sair do texto e da retórica do proselitismo político para o árido campo da efetivação prática da participação popular nas instâncias do poder? Será que basta o desejo individual e voluntarista de um dirigente ou governante, no caso o do Sr. Amin? Será que o Sr. Amin age por *modo próprio*, livre de compromissos partidários e isento de responsabilidades diante da conjugação das forças sócio-políticas que o sustentam? Se isso fosse possível teríamos a negação da *política* e a instauração do messianismo.

De fato, a política é uma articulação complexa de jogo de interesses, de correlação de forças, de compromissos nem sempre claros, de concepção de sociedade, da construção de hegemonia de determinados agrupamentos sociais. É pois pertinente, indagarmos, qual é o sistema de forças sociais, e qual o instrumento partidário que contextualiza, e determina a ação do nosso personagem.

Ora, todos sabemos, que o sistema de forças ao qual pertence o

Sr. Esperidião Amin, é efetivamente aquele que compõe os círculos dirigentes: a nível nacional o próprio regime burocrático-autoritário-militar, e, a nível estadual, o nosso velho conhecido sistema oligárquico. À luz das interpretações correntes na Ciência Política e, na análise dos comentaristas, há um pleno consenso de que tais grupos dirigentes nas últimas décadas de regime militar, e, há mais tempo de regime oligárquico local, fizeram política, i. é governaram através do Estado, de costas à sociedade, isolados da sociedade civil, submetendo-a a restrições institucionais, econômico-sociais e culturais.

Com efeito, o modelo político vigente caracteriza-se, a este respeito, por um forte poder concentrado, dispondo de um executivo forte, que tudo tem feito para manter as massas numa situação de passividade difusa, atomizando, pois, a vontade da maioria.

É oportuno, por outro lado, operarmos, a esta altura, algumas distinções conceituais entre termos próximos e que algumas vezes utilizam-se indiferenciadamente, com prejuízos da compreensão e ação políticas: mobilização eleitoral, participação e incorporação.

*Mobilização eleitoral* implica em “azeitar” a máquina partidária para fazer chegar aos eleitores os candidatos e suas propostas, visando basicamente capturar-lhes o consenso através do voto. Dada a magnitude dos recursos que dispunha e a utilização de meios institucionais que o atual governo lhe facultou, o Sr. Amin obteve uma razoável performance nesta tarefa.

É importante também distinguir entre mobilização com fins eleitorais e mobilização social das massas populares (o que Amin não fez) em torno de suas necessidades.

Teria nosso personagem mobilizado as massas populares ou segmentos sociais expressivos, contra algo que lhes dificultem seus interesses? p. ex. contra o sistema de poder excludente, contra as leis de exceção, contra o arrocho salarial, contra a política recessiva que leva ao desemprego?; ou, em outra formulação: mobilizou o Sr. Amin, a favor da anistia, da reconstitucionalização do Estado, por melhores salários e direito de greve? A resposta é uma só, não! Reconheça-se, entretanto, que é um político-tecno-

crata ágil, que opera segundo os parâmetros do regime burocrático-autoritário<sup>(7)</sup>.

Assim, está sempre pronto a elaborar uma fórmula sofisticada, gestada em gabinetes bem equipados, para soprá-la nos ouvidos dos governantes de Brasília e de seus tecnocratas do 1º escalão<sup>(8)</sup>. Tais atos de Amin, no breve período que exerceu o mandato de deputado federal, desprestigiam o instituto de *representação par-*

- 
- (7) Cf. G. O'Donnell, "Desenvolvimento político ou mudança política?" In: Paulo S. Pinheiro (Coord.). *O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio, Paz e Terra, 1979. Brevemente, entre outros, o autor assinala algumas características do que designa "Estado Burocrático-autoritário".
- "a) as posições superiores de governo costumam ser ocupadas por pessoas que têm acesso a elas após brilhantes carreiras em organizações complexas e altamente burocratizadas — Forças Armadas, o próprio Estado, grandes empresas privadas;
- b) são sistemas de exclusão política, no sentido em que apontam para fechar os canais de acesso ao Estado por parte do setor popular e seus aliados, assim como para desativá-lo politicamente, não só mediante repressão como também por meio do funcionamento de controles verticais ("corporativos") por parte do Estado sobre os sindicatos; c) são sistemas de exclusão econômica, no sentido em que reduzem e adiam para um futuro impreciso as aspirações de participação econômica do setor popular; d) são sistemas despolidizantes, no sentido em que pretendem reduzir questões sociais e políticas públicas a problemas "técnicos" a serem elucidados mediante interações entre as cúpulas das grandes organizações acima referidas, (...)".
- (8) Lembramos aqui um caso exemplar. Depois de ter deixado de comparecer ao Congresso Nacional, como seria seu dever como Deputado Federal, para votar o "Pacote da Previdência" e contra o FINSOCIAL — como exigia um verdadeiro clamor nacional —, que penaliza injustamente pensionistas e aposentados, com muito senso de oportunismo eleitoral, em meados da campanha, sugere ao Gal. Figueiredo (numa visita eleitoral deste a Florianópolis) uma fórmula para atenuar o ônus daqueles. "O Estado", em 10-08-82 registra sob o título "Amin leva a Leitão sugestões sobre aposentado", o seguinte: "O Deputado E. Amin está preparando longo expediente para entregar ao Ministro Leitão de Abreu, detalhando a sua proposta de extinguir a contribuição cobrada pela Previdência aos aposentados e pensionistas". Como explicava o jornal, os recursos que assim deixariam de ser arrecadados seriam cobertos pelo FINSOCIAL. Não suspeitaria o Sr. Amin, que o não atendimento de sua sugestão às vésperas do pleito, acabaria favorecendo-o por outras vias; o FINSOCIAL teve naquela oportunidade, entre outras, uma destinação menos nobre: financiar, com recursos dos contribuintes previdenciários, a campanha do PDS. A sobretaxação dos cidadãos, por diapásão da influência e do prestígio, por esta via, formou um novo fundo centralizado de recursos no governo federal, para investimentos em políticas sociais, que, nas circunstâncias, e por expedientes indiretos, foi sutilmente utilizada para favorecer o PDS.

*lamentar*; revelam uma irresistível vocação palaciana, onde prevalecem os áulicos que se relacionam segundo o diapasão da influência e do prestígio, obtidos por meios tão artificiosos quanto fugazes.

Este estilo de fazer política, não confiando na força do povo e de suas organizações, mas, ao contrário, apostando no jogo de influência e na troca de favores com “notáveis” palacianos, dificilmente avaliza suas propostas de participação.

A condição de uma participação ativa, supõe ainda a independência política dos agentes sociais, senão o que ocorre é manipulação, participação induzida — como poderá se tornar no caso em análise —; é tutela. A verdadeira participação implica apoiar a organização independente dos trabalhadores e produtores diretos, garantindo sua livre manifestação, através de seus legítimos órgãos de classe; reconhecer seu direito de influir nos centros de decisão do poder de Estado e na formulação das políticas públicas.

O importante, nesta questão, é pois saber se a participação política promove ou não o desenvolvimento de tendências democráticas. A democracia requer concomitantemente participação política, auto-determinação e soberania popular. Auto-determinação, através da qual os agentes tomam diretamente em suas mãos a ordenação de sua vida social, mediante delegação de sua vontade e do controle eficaz de sua execução.

Receia-se que a “Proposta Amin” não se baliza por estes pressupostos atrás anunciados. Ao contrário, temos fortes suspeitas tratar-se, antes, do processo de incorporação e de integração pelo consenso ou pela intimidação<sup>(9)</sup>.

---

(9) Foram notórios os expedientes de intimidação ao funcionalismo à época da campanha. O que mais intriga, entretanto, é a continuidade das pressões, via agora, o recurso antecipado de órgãos governamentais. Antes mesmo de sua posse, Amin, comporta-se como governador, como se depreende de um documento — questionário de responsabilidade da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC) da UDESC, solicitado pelo governador eleito, intitulado “Levantamento da situação político-partidária de Santa Catarina” e que vem assinado, nada menos do que pelo Sr. Lauro Zimmer, Reitor da UDESC e pelo Sr. Carlos Passoni Jr. diretor do ITAG e alto funcionário do Estado, que subscreve como coordenador. Além de procurar rastrear informações relativas

Senão vejamos; dos três órgãos de colaboração partidária que tiveram atuação na campanha que elegeu governador pelo PDS o Sr. Amin, ADF (Associação Democrática Feminina), JDC (Juventude Democrática Catarinense) e MTC (Movimento Trabalhista Catarinense), não se pode dizer que expressavam ou representavam, legitimamente, os respectivos segmentos sociais a que aludem suas designações. Nem a ADF manteve qualquer colaboração ou teve propostas assemelhadas com os vários grupos feministas, nem a JDC com o movimento estudantil, e muito menos o MTC (formado, dirigido e tutelado pelo Sr. Fernando Bastos, Secretário do Trabalho e Integração Política (SIC) e candidato derrotado em 82 a Deputado Federal) com as autênticas lideranças e aspirações dos trabalhadores de Santa Catarina.

Fica assim difícil acreditar nas intenções do governador eleito de que fará um governo sem ódios e perseguições, quando antes mesmo de sua posse, expedientes como este citado, de caráter nitidamente autoritário, afrontam direitos tão elementares de cidadania.

Como se pode depreender, parece que na proposta do governante do PDS a ser empossado em 15 de março de 83 em SC, não se trata, em definitivo, de pôr em ação as massas, a partir de sua posição social estrutural e da consciência de suas necessidades; mas de implantar antes uma "ação de enquadramento", que se

---

ao desempenho do PDS nas últimas eleições (o que configura uso de instituições governamentais para fins partidários), o documento tem nítido caráter intimidatório, ao induzir a delação de membros partidários e até de funcionários públicos que não teriam se empenhado devidamente na campanha do PDS, como se lê, por exemplo no:

item 18 — "cite os grupos, entidades, associações e/ou empresas que participaram, efetivamente, na campanha eleitoral nesse município, indicando a legenda partidária para a qual trabalharam".

item 19 — "cite os grupos, entidades, associações e/ou empresas que poderiam ter participado da campanha eleitoral e não o fizeram".

item 21 — "cite as lideranças comunitárias/institucionais que participaram, efetivamente, na campanha eleitoral indicando a legenda partidária para a qual trabalham".

item 22 — "cite outras pessoas que poderiam ter participado na campanha eleitoral e não o fizeram".

Solicitavam-se respostas até o dia 29-12-82.

limita a mobilizações tópicas de indivíduos “privados” e dispersos, sem acrescentar-lhes mudanças substantivas à sua imaturidade política.

Também inspiram pouca confiança suas propostas de participação, quando sabemos que o sistema de forças ao qual pertence teve como um ponto de honra na campanha de 82, derrotar e desagregar a experiência de participação comunitária que a Prefeitura de Lages, gestão Dirceu Carneiro, PMDB, promovia com a simpatia de amplos setores da opinião pública nacional. O Sr. Jorge Konder Bornhausen, companheiro de chapa do Sr. Amin em 82, declarava como governador, a este respeito, em 78, “não podemos deixar prosperar republiquetas (...) não devemos deixar prosperar a ideologia marxista”. (Jornal de Santa Catarina 10/6/78). Como se nota, o povo em movimento desperta verdadeiras paranóias ideológicas em governantes que não tiveram seu mandato nutrido na vontade popular soberana.

Por tudo o que se arrolou, quer em termos conceituais, quer como prática efetiva, a participação que o Sr. Amin propõe implica: a) na despolitização das massas e em sua integração através da concessão de benefícios sociais limitados, e b) uma participação simbólica às custas da privação da consciência de cidadania da população de nosso Estado.

É certo estar o novo governante atento à necessidade de transitar de um Estado autoritário, de restrições severas aos direitos civis, políticos e sociais, para um Estado social, onde a concessão regulada de benefícios assegure a “reforma dentro da ordem”, e a manutenção do consenso dentro da conformidade.

Mas, não tenhamos dúvidas, está em curso um processo de “integração ideológica” das massas; expedientes sofisticados para assegurar a “lealdade das classes oprimidas”, ao mesmo tempo, que se busca estabelecer um “equilíbrio de compromissos” no seio do bloco no poder, que seja favorável tanto ao processo de reprodução dos interesses dos grandes empreendimentos capitalistas, como da reiteração dos privilégios do parasitismo anti-social incrustado no aparelhamento estatal.

— *A Construção da Rodoviária de Florianópolis*

Por outro lado, o populismo que caricatamente tem ensaiado Amin, evidentemente não tem nada de uma prática política popular<sup>(10)</sup>. Talvez um bom exemplo para argumentarmos possa ser retirado do episódio da construção da nova rodoviária de Florianópolis, sob a gestão do Sr. Amin, na Secretaria de Transportes e Obras.

Trata-se de uma construção super-dimensionada, sofisticada, em local polêmico e de custos proibitivos numa época de dificuldades econômicas, inaugurada em setembro de 81. À época e durante a campanha, a oposição criticou alguns aspectos da forma como foi construída. A defesa de seus realizadores, Amin, à frente, foi de que o povo, que também merecia uma obra luxuosa, sofisticada, supondo-se que o “povo” seria o usuário básico deste serviço de transporte. Na verdade, por trás dos argumentos de “luxo para o povo”, em detrimento de obras prioritárias, esconde-se um estilo e modelo de administração que privilegia obras suntuosas, de fachada, para capitalizar prestígio fácil e atender interesses dos grandes empreiteiros da construção civil<sup>(11)</sup>.

---

(10) Como se sabe, o populismo é uma forma de mobilização das massas populares para fazer a política das elites dirigentes e das classes dominantes. Registra-se algumas atitudes do candidato em campanha: dirigir trator em Treze Tílias, andar a cavalo em Lages, fumar “palheiro”, cantar músicas sertanejas nas programações matinais de rádios do interior, etc. A predileção por assumir ares “obreiristas” expressa, como se vê, um estilo “musculoso e sensacionalista” muito próprio deste neo-populista pragmático.

(11) A política de realização de grandes obras, que tem na rodoviária de Florianópolis um bom exemplo local, obedece à mesma lógica, a nível nacional, responsável pela construção da Trans-Amazônica, da Ponte Rio-Niterói, de Itaipu, da Usina Nuclear de Angra, etc. Ao invés de tornar o país uma “grande-potência”, como queria a ideologia da geopolítica, associada à tecnocracia e ao grande capital, este modelo de crescimento perverso dilapidou recursos não renováveis e força de trabalho, sustentando-se no arrocho salarial e no endividamento público, e, em lugar de um “grande final”, nos oferece uma melancólica ida ao FMI e, pois, a abdicação, na prática, da soberania nacional.

Quando, por outro lado, reivindica-se o essencial, o poder público alega que os recursos são escassos, e os tempos de crise. Sem mencionar o aceno, às vésperas da eleição, do 13º salário ao funcionalismo estadual, e depois, sem constrangimentos, negá-lo, sob a surrada desculpa da carência de recursos.

Não se questiona que Florianópolis possa ter uma rodoviária dimensionada segundo suas necessidades, sem ostentação e megalomanias, em local amplamente debatido pela coletividade, não em áreas sobrevalorizadas artificialmente, adquiridas com dinheiro público a proprietários bem conhecidos por suas notórias ligações com o poder oligárquico; com um projeto que contemplesse funcionalidade e custos razoáveis, sem vidros fumês, telhados e ar condicionado central, que além de onerar o contribuinte, onera o usuário com sua manutenção.

De outra parte, sem querer tripudiar os adeptos do Joãozinho-Trinta, para quem o povo gosta mesmo é de luxo e os intelectuais da miséria, consideremos o seguinte:

Em primeiro lugar, não é exatamente o "povo" o maior usuário dos serviços de transporte inter-municipais e inter-estaduais, que oferece a rodoviária (que os tecnocratas, não respeitando o termo popular consagrado, chamam de "Terminal Rodoviário"). A maioria dos assalariados de baixa renda; subempregados, desempregados, estudantes, donas de casa, etc, utilizam-se diariamente, no seu cotidiano de trabalho, estudos e afazeres, do transporte urbano e local e de áreas periféricas (que os especialistas chamam de conurbadas), serviços estes não prestados pela nova rodoviária do aterro da Baía Sul.

Em segundo lugar, se não bastasse em razões anteriores, o argumento de que o "povo" também tem direito a serviços sofisticados, merece reparo.

Seriam estes, efetivamente, desejáveis, desde que não lhes faltasse o essencial. Caso contrário, seria como dizer à gente do povo: não tem casa própria? — dê um passeio dominical pela nova rodoviária; não tem saneamento básico? — utilize-se dos sanitários (pagando uma pequena taxa, por que não?) do terminal rodoviário; as acomodações de sua moradia são insuficientes e precárias? —

Ora, na nova rodoviária você poderá usufruir de vidro fumê, ar condicionado central e macios carpets<sup>(12)</sup>.

Enfim, mais uma obra na dimensão da busca de prestígio a qualquer preço, do que na dimensão do equacionamento de uma sentida necessidade social.

Se a “opção pelos pequenos” do Sr. Amin significar, em seu governo, a continuidade dos métodos e da filosofia de gestão pública que implantou na Secretaria de Transportes e Obras e em outras atividades que exerceu, os “pequenos” que votaram no candidato do PDS, na defesa de sua própria sobrevivência digna deverão urgente e necessariamente rever sua opção.

### AS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR: ALGUNS DADOS E COMENTÁRIOS

Eleições democráticas, sob condições normais, como observa Bolivar Lamounier<sup>(13)</sup> “sempre envolvem um delicado equilíbrio entre dois requisitos: incerteza e inteligibilidade. Incerteza na disputa e inteligibilidade dos resultados. O primeiro é, portanto, um requisito *ex ante*; o segundo, *ex post*. Sem uma boa margem de incerteza sobre quem vai ou não ser eleito, não se pode, a rigor, falar em eleição”. Pois bem, em Santa Catarina tudo leva a crer, que a margem de incerteza necessária para validar democraticamente a eleição não se verificou, notadamente no caso da votação majoritária para governador e senador. Era corrente entre os oposicionistas e cidadãos de posição independente e juízo crítico, um certo sentimento de incredulidade diante de uma eventual vitória do PMDB em Santa Catarina. Tal ceticismo, ainda que desmentido pela intensa mobilização eleitoral que este partido realizava com bastante êxito em todo o Estado, se mantinha, entretanto. Afinal, era quase impensável, um sonho, imaginar a velha oligarquia perder o controle do poder político em Santa Catarina, depois de tantas décadas de domínio sêguro.

---

(12) A propósito, Maria Antonieta é a “patronesse” clássica desta política de governo. Como se sabe, às vésperas da Revolução Francesa, o povo nas ruas clamando por alimento, a rainhá recomenda: falta-lhes o pão? Por que não comem bolo?

(13) Cf. Folha de SP, 13/12/81, “A que tipo de eleição estamos sendo levados?”

Essa difusa, mas persistente incredulidade na possível vitória de J.B., candidato do PMDB, assentava-se, porém, em alguns fatos intrigantes. Por exemplo, em 18/10/82, num debate com professores e estudantes na Universidade Federal de Santa Catarina, o Sr. Amin, ao retrucar um comentário sobre a possível (para alguns, naquela altura da campanha, praticamente certa) vitória da oposição, observou, com uma certeza indestrutível: “Podem ficar tranquilos, o PMDB não vai ganhar as eleições em Santa Catarina”. Dado o local e o contexto, não se tratava, a nosso juízo, da tradicional expressão da certeza da vitória, própria de candidatos que procuram conquistar eleitores indecisos. Era bem antes, a confiança de quem sabe os recursos e meios de que dispõe, de cuja eficácia consagrada para assegurar êxito eleitoral, o sistema oligárquico catarinense nunca teve que se lamentar. Situação semelhante ocorreu com um familiar do candidato do PMDB, que por meio de relações de amizade com pessoa que tem acesso a algumas esferas privilegiadas do poder, ficou sabendo que a certeza mencionada, estruturava-se num esquema “infalível”, pela qual o sistema estava preparado para não perder as eleições em Santa Catarina, sob qualquer título.

Outro dado aqui pertinente, era a ostensiva divulgação de pesquisas (Veja-Gallup), cujos índices manipulados, — como a eleição evidenciou —, davam vantagem expressiva a Amin, tornando-se um forte condicionador da opinião pública favoravelmente ao candidato do PDS.

Quanto ao segundo requisito, *ex-post*, “da inteligibilidade dos resultados”, apontado por Bolivar Lamounier, tampouco este verificou-se. Pois a apuração dos votos não se processa, como imagina o senso comum, por sua simples e direta contagem, mas também pela *interpretação* que se dá aos votos à medida em que são contados. E esta depende da legislação eleitoral, casuística e imposta, que prejudicou a oposição. A propósito, o analista Newton Rodrigues, analisando o quadro que emergiu de 15 de novembro, caracterizava aquelas eleições como “um pleito deformado e corrompido nos ossos, na carne, nos nervos e, sobretudo, na alma”<sup>(14)</sup>.

---

(14) Cf. Folha de SP, 20/1/83, “Marcos e Marcos de uma crise”. A nível nacional, escrevia, “considerando-se que os partidos oposicionistas reuniram, em plei-

O processo eleitoral, em Santa Catarina, de que resultou a eleição do Sr. Amin ao governo, conteve vícios insanáveis, que ocorreram sob a promoção do sistema de poder que patrocinou sua candidatura. Situações que o código eleitoral caracteriza como fraude, ocorreram em todas as latitudes: folhas de votação falsas; votantes com falsa identidade; votação viciada pelo uso de coação, intimidação, emprego de propaganda e captação de sufrágios vedada por lei; eleitores com menos de 18 anos; duplicidade de voto por um mesmo eleitor.<sup>(15)</sup> Acrescenta-se a isto, as práticas tradicionais da clientela, do trabalho de boca de urna, do voto formiguinha, e, as práticas novas do voto carbonado e outras "tecnologias", e teremos uma indicação, do que foi a manifestação cívica eleitoral de 15 de novembro em Santa Catarina.

O processo de apuração dos votos, por sua vez, transcorreu sob circunstâncias tão preocupantes que o comitê de campanha do PMDB elaborou, em 19/11/82 uma análise do que chamou de "quadro generalizado de Fraude", de onde, extraímos alguns pontos:

- 1) "denunciamos como extremamente grave o fato de que uma expressiva maioria dos membros integrantes das juntas escrutinadoras serem compostas por pessoas ligadas a órgãos do governo, quando não do próprio PDS.
- 2) (...) o trabalho dos fiscais (do PMDB) está sendo extremamente penoso e muitas vezes foi dificultado até mesmo por juízes que acompanham a apuração (...).
- 3) Denunciamos a aceleração da divulgação das apurações em urnas pró-PDS e retardamento da divulgação de urnas pró-PMDB. Com isso, assegura-se na imprensa a veiculação de um sentimento de derrota entre os quadros e eleitores do PMDB.

---

tos majoritários, cerca de 8.000.000 de votos a mais que o PDS e que, apesar disso, permaneceram inferiorizados em relação ao poder, logo se verifica em que consiste a democracia do general Figueiredo".

- (15) O PMDB impetrou sucessivos recursos e impugnações ao T.R.E., sem sucesso. Recorreu, a seguir, ao T.S.E., com documentos e provas que configuram uma situação de fraude, suficientes para alterar o resultado da eleição majoritária, visto ser mínima a diferença de votos entre PDS x PMDB. O resultado do recurso, é, no entanto, previsível.

Tudo indica que o resultado pretendido de um mau desempenho oposicionista é o afrouxamento da fiscalização da apuração e a criação de um certo tipo de "voto camaleão", isto é, o voto que muda de cor ao passar pelas mãos dos escrutinadores. O afrouxamento da fiscalização é consequência natural da antecipação falsa da derrota. (...).

- 4) o atraso da divulgação dos resultados e a morosidade proposital da apuração dos votos, fato verificado em todo o Brasil, são desproporcionais a qualquer dificuldade técnica (...). O que existe, claramente, é um processo de alimentação de tendências derrotistas na oposição.
- 5) O comportamento do governo, admitindo desde logo a derrota em S. Paulo, logo após a contagem de algumas dezenas de milhares de votos, contrasta com o procedimento de ceticismo e desmoralização das possibilidades do PMDB nos Estados onde se sabia que a disputa seria acirrada.
- 6) Tudo isto configura um quadro de fraude, onde uma ação lenta e gradual ajusta os resultados em benefício do partido do governo. (...)'.

No dia 25, o PMDB divulga um manifesto e convoca à população de Florianópolis para uma demonstração "contra a Fraude Eleitoral", que leva em passeata pelo calçadão central, mais de 5.000 pessoas. Enquanto, o PDS, "vitorioso", não se sentiu à vontade, ou achou temerário vir às ruas comemorar.

Por todas estas razões, o critério da "inteligibilidade dos resultados", requisito *ex-post* para uma eleição democrática, é de difícil aplicação em Santa Catarina.

De qualquer forma, apesar do PDS valer-se do respaldo de toda violência institucional, do açambarcamento de verbas públicas, e do Governador Henrique Córdova empenhar-se direta e abusivamente na campanha, os resultados das eleições majoritárias de 82, em Santa Catarina, indicaram claramente uma nova realidade. Veja-se o Quadro 1.

Diferença entre PDS e PMDB: 12.650 votos (0,69%). Volto a lembrar, diferença muito distante das enquetes de opinião eleitoral,

“científicas”, de “Veja-Gallup” que davam ao PDS, às vésperas da eleição, uma vantagem de 18%.

Se considerarmos os quatro partidos de oposição, (PMDB, PT, PDT e PTB) somados, teríamos um percentual de 45,79, algumas frações acima, pois, do PDS, que obteve 45,75.

#### QUADRO I

Votação majoritária para o Governo Estadual<sup>(16)</sup>

CÂNDIDATOS	Nº Absolutos	%
PDS — Esperidião Amin	838.150	45,75
PDT — Lígia Doutel de Andrade	4.572	0,24
PT — Eurides Mescolotto	6.803	0,37
PTB — Osmar Cunha	2.281	0,12
PMDB — Jaison Barreto	825.500	45,06
Nulos	32.578	1,77
Branços	121.927	6,65
Abstenções	—	—
TOTAL VOTANTES	1.831.811	
COLÉGIO ELEITORAL	2.180.000 <sup>(x)</sup>	

(x) Estimativa aproximada.

Como se vê, as diferenças para o Senado são ainda menores: 1.439 votos (0,08%). Os dados evidenciam a forte polarização das eleições de 82 em Santa Catarina entre PDS e PMDB, e um equilíbrio virtual destas forças.

(16) Todos os dados citados deste e dos outros Quadros, são oficiais. Fonte: Poder Judiciário. T.R.E. “Proclamação Final”.

## QUADRO 2

### Votação majoritária para o Senado Federal

CANDIDATOS	Nº Absolutos	%
PDS — Jorge Konder Bornhausen	816.386	44,56
PDT — Acácio Bernardes	4.346	0,23
PT — Valmir Martins	6.719	0,36
PTB — João Casnock	2.156	0,11
PMDB — Pedro Ivo Campos	814.947	44,48

Os partidos de oposição somados totalizam 45,18%, na frente, pois, do PDS, que obteve 44,56%.

Além destes dados gerais, é preciso mencionar que o PMDB conquistou as prefeituras de praticamente todas as cidades mais importantes do Estado (Florianópolis e Lages, constituem duas notáveis exceções, que merecem análise à parte). De 19 prefeituras da eleição de 1976 (na verdade eram mais, 29, algumas foram cooptadas pelo governo), o PMDB obteve, em 1982, êxito eleitoral em 62, cujos municípios representam, segundo estimativas, 70% da geração do ICM estadual. Fez uma bancada federal de 8 deputados contra idênticos 8 do PDS, e uma estadual de 19 contra 21 deputados do PDS.

Vejamos, a seguir, algumas distribuições regionais e sociais da votação.

Dos dez maiores colégios eleitorais, o PMDB ganhou em 7, conforme quadro 3, perdendo em Florianópolis, São José (cidade satélite de Florianópolis) e em Lages (a grande zebra da eleição).<sup>(17)</sup>

(17) Há um artigo de Carlos Estevam Martins, publicado na Folha de S. Paulo em 16-1-83, na seção "Tendências e Debates" sobre a derrota do PMDB em Lages. Também Maurício Tragtenberg prepara estudo sobre o assunto, além de ter publicado "Os que furam com unhas políticas as eleições em S. Catarina", (Folha de S. Paulo, 7-2-83).

### QUADRO 3

PDS e PMDB. 10 maiores Colégios Eleitorais

MUNICÍPIO	PDS	PMDB
Florianópolis	52.353	39.833
Joinville	49.262	58.548
São José	16.299	14.830
Lages	29.578	28.267
Blumenau	33.011	45.193
Criciúma	23.976	26.805
Itajaí	17.996	20.977
Tubarão	17.199	19.196
Chapecó	16.141	19.575
Concórdia	14.089	14.858

Das 19 cidades-sede de Microrregiões, o PMDB venceu em 15, enquanto o PDS, em 4. Conforme o quadro 4.

### QUADRO 4

Votação para governador por microrregião

	PDS	PMDB
Florianópolis	52.353	39.833
Itajaí	17.996	20.977
Blumenau	33.011	45.193
Rio do Sul	8.467	10.556
Joinville	49.262	58.548
Mafra	10.238	6.992
Caçador	6.614	10.786
Joaçaba	5.200	7.416

Concórdia	14.089	14.858
Chapecó	16.141	19.575
São Miguel do Oeste	6.475	9.483
Lages	29.578	28.267
Tubarão	17.199	19.196
Criciúma	23.976	26.805
Xanxerê	6.197	6.066
Canoinhas	8.687	10.268
Jaraguá do Sul	12.123	13.897
Brusque	9.551	13.362
Araranguá	7.010	9.211
<b>TÓTAL</b>	<b>334.167</b>	<b>371.289</b>

Em contraposição o PDS ganhou em todos os dez menores Colégios Eleitorais conforme quadro 5.

Estes dados evidenciam com clareza meridiana o tipo de votação obtida pelo PDS: ganhou em distritos eleitorais e regiões de menor índice de desenvolvimento econômico-social, onde preva-

#### QUADRO 5

##### 10 menores Colégios Eleitorais

MUNICÍPIO	PDS	PMDB
Presidente Castelo Branco	672	88
Pinheiro Preto	573	315
Santa Rosa de Lima	647	397
Lacerdópolis	580	355
Vargeão	670	391
Rancho Queimado	937	156
Peritiba	923	137
Nova Erechim	829	773
Arroio Trinta	963	319
Presidente Nereu	1.208	14

lecem tradicionais práticas clientelísticas, velhos caciques, oligarquias locais, e onde tanto a imagem da autoridade (que se confunde com os candidatos situacionistas), quanto à presença intimidadora ou cooptativa do aparelho estatal tornam-se determinantes da escolha eleitoral.

Algum observador legalista e ou formalista (e até patriótico) poderia argumentar que não se pode argüir quanto à qualidade do voto. O voto de todos teria o mesmo peso, logo, não há que discriminar eleitores, todos "indivíduos-cidadãos". Argumento, no entanto, sutil e enganoso. Com efeito, se o "peso" institucional do voto é idêntico, não o é a situação social do eleitor. Nem são idênticas as condições sócio econômicas e culturais de regiões e municípios diversos. As oportunidades de exercício de cidadania (direitos assegurados e efetivos; liberdade de opção ideológica; acesso à informação; independência pessoal, capacidade de discernir, etc.) são radicalmente distintos, por exemplo, entre um habitante de Joinville (PDS 49.262; PMDB 58.548) e um de Imaruí (PDS 5.917; PMDB 1.499); entre um de Blumenau (PDS 33.011; PMDB 45.193) e um de Gov. Celso Ramos (PDS 3.700; PMDB 210); entre um de Criciúma (PDS 23.976; PMDB 26.805) e um de Paulo Lopes (PDS 2.955; PMDB 391); entre um de Tubarão (PDS 17.199; PMDB 19.196) e um de Garopaba (PDS 3.012; PMDB 912); entre um de Florianópolis (PDS 52.353; PMDB 39.833) e um de Major Gercino (PDS 1.388; PMDB 239); ou, entre um de Chapecó (PDS 16.141; PMDB 19.575) e um de São Bonifácio (PDS 1.525; PMDB 118). A maioria dos pequenos municípios da Grande Florianópolis, acrescentada de Laguna e Imaruí no sul do Estado, exatamente regiões de maiores insuficiências econômicas e sociais de toda Santa Catarina conferiram uma vantagem decisiva ao Sr. Esperidião Amim, sobre o candidato do PMDB, Jaison Barreto.

Assim, dos 20 municípios da Grande Florianópolis, (excluindo-se a capital, e Tijucas, o único da região onde ganhou o PMDB), acrescentados de Laguna e Imaruí, obtém-se o seguinte resultado: PDS 79.108 e PMDB 46.892 votos. Diferença pró-PDS de 32.216; muito mais, então, que a diferença obtida em todo o Estado, que foi de apenas 12.650 votos. Um outro dado, curioso e notável é que em muitos destes pequenos municípios os outros partidos (PT, PTB,

PDT) não obtiveram um voto sequer. O resultado favorável ao PDS nesta região, e em muitas outras provavelmente, deve-se inegavelmente aos efeitos municipalizadores das eleições, graças à vinculação de votos.

Segundo um estudo do Deputado Estadual, eleito pelo PMDB, Roberto Motta, o regime autoritário, ao impor a simultaneidade das eleições municipais, parlamentares e de governador, com a vinculação dos votos, teve como estratégia municipalizar as eleições para governador. Se esta estratégia teve sua eficácia reduzida em algumas regiões, funcionaram, entretanto, plenamente na microrregião da Grande Florianópolis. Deixamos de citar os dados para não tornar cansativa a exposição. Basta comparar as eleições de 76 para prefeitos e vereadores, e as de 1978 para deputados e senadores, para verificar que nestas últimas, onde questões mais abrangentes (institucionais, econômico-sociais) se colocavam, a oposição (à época, o MDB) saiu-se melhor. Nos municípios, onde prevalecem temas locais, na dimensão do paroquialismo e das relações de clientela e compadrio a ARENA venceu. Além disso, nas eleições majoritárias para o Senado, em 78, nos três maiores colégios eleitorais da região (Florianópolis, São José e Palhoça) ganhou o MDB, enquanto, em 82, o PMDB perdia aí para o PDS.

Quanto a Florianópolis, basta destacar a hegemonia indiscutível do PDS nos morros, favelas e comunidades pesqueiras em processo de desagregação e miséria, formando uma espécie de "lumpen-elektorat", inteiramente à mercê dos tentáculos do oficialismo governamental. A distribuição social de votação e os mecanismos de obtenção dos sufrágios responsáveis pela vitória do PDS, com o Sr. Amim eleito Governador, indica, dessa forma, uma reduzida e inorgânica base de sustentação, de baixo coeficiente de legitimidade. O seu Governo, ou mais especificamente, sua proposta de "Inovar e Renovar", assenta-se assim, numa contradição, já que não foi respaldada pelos agentes sociais e atores políticos estratégicos, que poderiam levá-la a seus desenvolvimentos práticos. Ocorreu, exatamente o contrário: tem a apoiá-lo, de um lado, os segmentos arcaicos e conservadores e, de outro, os empreendimentos do grande capital, notadamente das frações financeiras e da agroindústria.

De outra parte, o fato de pertencer a um partido, o PDS, que um cientista político como Mangabeira Unger designa como apenas “*um sindicato* dos que buscam, a qualquer preço as benesses do Estado”, e, num momento em que este partido é amplamente batido a nível nacional, delimitará, certamente os parâmetros de atuação do Governo Amin. É interessante aqui uma observação sobre os filiados do PDS. Com efeito, é difícil afirmar que a maioria de seus filiados o sejam por livre convicção. A conveniência (do emprego público, do financiamento favorecido, das benesses e prebendas do Estado, etc.) tem sido, provavelmente, mais a regra que a exceção, como determinante da adesão ao partido do Governo, em Santa Catarina. Se estes expedientes são insuficientes para engrossar as fileiras do partido, o recurso a intimidação, violentando a vontade política dos cidadãos, tem sido a prática corrente, como podem atestar os funcionários públicos, na última campanha. É

**QUADRO 6**  
**PDS e PMDB**

Nº de filiados (\*\*\*) e votação obtida em algumas cidades catarinenses. Eleições de 1982.

CIDADE	PDS		PMDB	
	FILIADOS	VOTOS	FILIADOS	VOTOS
Araranguá	3.094	7.010	219	9.211
Bal. Camboriu	310	5.726	96	5.852
Caçador	1.195	6.614	142	10.786
Chapecó	1.227	16.141	335	19.575
Concórdia	1.034	14.089	301	14.858
Criciúma	1.494	23.976	619	26.805
Itajaí	1.327	17.996	380	20.977
Joinville	1.766	49.262	989	58.548
Lages	4.103	29.578	1.525	28.267
Palhoça	1.557	8.597	191	7.400
Rio do Sul	1.297	8.467	170	10.556
Tijucas	691	3.677	122	4.099
Tubarão	2.808	17.199	331	19.196
<b>TOTAL</b>	<b>21.903</b>	<b>208.332</b>	<b>5.420</b>	<b>236.110</b>

(\*\*) Dados de 5/11/81. T.R.E./SC

esclarecedor, a este propósito, correlacionar nº de filiados com votos obtidos (ver quadro 6), para detectarmos uma desproporção negativa, quanto aos resultados na eleição de 82.

O PMDB, com 1/4 de filiados do que tem o PDS obteve, pois, em algumas das mais importantes cidades do Estado, uma votação maior. O total de filiados em todo o Estado apresenta os seguintes números: PDS 101.410; PMDB 23.664. Uma diferença expressiva de quadros para uma diferença irrelevante de votos (12.650), comprava, pois, a hipótese que levantamos quanto aos mecanismos e motivações de filiação ao partido do governo. Sobre o PDS de Santa Catarina, não há como fugir da constatação de que trata-se aqui, menos de uma organização para agregação e expressão de interesses coletivos na arena política, mas de um verdadeiro "sistema de cumplicidades e apoios mútuos entre a velha turma da casa (old boys network)", na expressão do jornalista Fernando Pedreira: "um governo dos amigos, pelos amigos e para os amigos". Nas condições de um resultado eleitoral de fraca legitimação, com bases sociais de apoio rarefeitas, com uma enorme dívida pública estadual, no contexto da grave crise nacional e da recessão capitalista internacional, o Governo Amin terá de acautelar-se. Não poderá deixar de abrir-se para as demandas sociais, realizando concessões estratégicas ao nível dos políticos sociais. Estará, certamente, sintonizado com uma estratégia de transição do modelo tecnocrático para um de tipo social-democrata, com inflexões próprias de cunho populista e pragmático. Ainda que as políticas públicas que implemente não visem a alterações estruturais significativas, poderão, no entanto, definir-se como "políticas compensatórias" no sentido de correção de desequilíbrios sociais e regionais mais agudos.

Carlos Guilherme Mota, analisando (Folha de S. Paulo, 26/12/82) a situação que emerge com as eleições de 82, detecta o aparecimento de uma Nova Direita, articulada e competente: "Dentro de padrões civilizados que a distanciam aceleradamente da *direita* megalítica dos anos 70, sustentando a tese da necessidade de uma "República forte", (mas que) não abrirá mão dos mecanismos de centralização que mantém as oposições longe dos negócios fundamentais do Estado". Em outras palavras, no contexto de uma Nova

Direita, onde situa-se politicamente o Sr. Amin, é possível eliminar-se o arbítrio e a repressão sob suas formas mais diretas, na relação Estado-Povo, e substituí-los por mecanismos de captação do consenso; é também possível transitar de uma situação de radical exclusão política, para formas controladas de mobilização e de participação seletiva. Não se trata ainda de uma mobilização autêntica e de uma participação popular genuína, mas de táticas de envolvimento e estratégias de cooptação, visando regular os conflitos e mantê-los nos limites toleráveis de uma ordem que não é democrática, nem popular e nem nacional.

O governo do Sr. Amin, poderá ser capaz de uma gestão sofisticada, de tomar iniciativas até inovadoras no âmbito do funcionamento da aparelhagem estatal, com conseqüências "modernizantes" ao nível de setores da sociedade, mas, se nossa análise for correta, certamente não governará sob a ótica dos interesses populares, e na direção das transformações estruturais que o momento histórico exige. Poderá ocorrer reacomodações no sistema oligárquico catarinense, mas para adequá-lo aos novos tempos, tempos de fortes demandas pela ampliação da cidadania.